

Embates sobre autonomia e militância partidária na imprensa feminista do Brasil e do Chile (1981-1984)

Conflicts about autonomy and partie militancy in the feminist press of Brazil and Chile (1981-1984)

Júlia Glaciela da Silva Oliveira*

Resumo

Durante os anos de 1980, as discussões sobre a autonomia do movimento frente aos grupos e partidos políticos foram nodais na constituição do pensamento e atuação do feminismo latino-americano. Sendo assim, neste artigo analisaremos como esta discussão foi tratada, entre os anos de 1981 e 1984, na imprensa feminista do Brasil e do Chile. Para isso, tomaremos como fontes documentais dois periódicos brasileiros, *Mulherio* (1981-1988) e *Chanacomchana* (1981-1987), e a revista chilena *Fúria* (1981-1984). Ainda que os dois países vivessem conjunturas políticas distintas, as discussões sobre a autonomia do movimento feminista extrapolaram as fronteiras nacionais e compuseram a identidade do feminismo na América Latina. Deste modo, destacaremos as singularidades políticas e culturais presentes em ambos países que empregaram contornos diferentes à discussão sobre a autonomia.

Palavras-chave: feminismo – imprensa – autonomia – Brasil - Chile.

Abstract

During the 1980s, discussions about the autonomy of the movement in front of groups and political parties were central to the constitution of Latin American feminism. Thus, in this article we discuss how this debate was, between the years 1981 and 1984, in the feminist press of Brazil and Chile. For that, we will analyze two Brazilian journals, *Mulherio* (1981-1988) and *Chanacomchana* (1981-1987), and the Chilean magazine *Fúria* (1981-1984). Although the two countries lived in different political conjunctures, discussions about the autonomy of the feminist movement crossed national boundaries and formed the identity of feminism in Latin America. Thus, we demonstrate the political and cultural specificities present in both countries that gave different contours to the discussion about autonomy.

Key-words: feminism – press – autonomy – Brazil - Chile.

* Doutoranda no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e bolsista do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEG-HIST), sediado no Departamento de História da USP.

Fecha de recepción: 19 de mayo 2017
Fecha de aprobación: 18 de enero 2018

Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista se intensificou na Europa e na América, acompanhando os processos de luta por direitos civis e democráticos. A filósofa norte-americana Nancy Fraser advoga que, nesse período, os “ideais feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos” (2009: 23). Essas novas concepções alteraram as paisagens mentais consolidadas, até então, em torno das noções de família, trabalho, direitos, entre outras.

Na América Latina, especialmente no Cone Sul, a intitulada “segunda onda do feminismo” emergiu entre os anos 1970 e 1980, momento em que muitos países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, vivenciavam regimes civil-militares ditatoriais. Foram nesses anos que surgiram ou se reconstruíram movimentos sociais de mulheres e de feministas¹, muitos dos quais estiveram ligados diretamente à resistência política. Militantes brasileiras e chilenas tiveram que deixar seus países e, durante o exílio, formaram grupos como o *Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris*, nos anos de 1970, que reunia mulheres de diferentes países.

Segundo Pedro (2006), a partir da declaração do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU em 1975, uma narrativa “fundadora” do movimento feminista e de mulheres foi construída, surgindo diversas associações nestes países². Estes novos grupos traziam entre suas reivindicações tanto os aspectos relativos às liberdades democráticas quanto aos problemas considerados específicos, a exemplo dos direitos trabalhistas femininos, a criação de creches e a violência de gênero.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a política neoliberal encontrou espaço em âmbito geral e, para o que aqui nos concerne, no período de redemocratização do Cone Sul latino-americano. Essa proposta, que já havia sido aplicada no Chile, durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet, encontrou solo fértil em países como Peru, Bolívia, México e Brasil. Essa profunda mudança política, na qual há a diminuição do papel do Estado, foi

¹ Ressalto essa diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres, pois, apesar das demandas serem muito próximas, a exemplo da luta pela redemocratização ou pelos direitos trabalhistas, muitos grupos não se identificavam enquanto “feministas” devido à carga pejorativa que o termo trazia consigo. Ver: TELES (1993) e GARGALLO (2004).

² Alguns exemplos de organizações fundadas no Brasil e no Chile são: o *Centro da Mulher Brasileira*; a *União de Mulheres de São Paulo*, o *SOS Mulher*, *Movimento Feminino pela Anistia*; *Movimento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MENCH), *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independiente* (MMI), *Mujeres por el Socialismo Casa de la Mujer La Morada*, entre outras.

acompanhada pela rápida expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais passaram a representar muitas questões locais dos movimentos sociais.

Nessa transição, algumas pautas feministas foram incorporadas às novas políticas dos Estados, traduzidas, em sua maioria, por órgãos e cargos institucionais. Essa nova ordem sociopolítica, de acordo com Sonia Alvarez (2000), acarretou modificações para os feminismos, posto que a “institucionalização” das suas pautas suscitou embates dentro do movimento latino-americano. Interrogou-se se as relações do movimento com o Estado e/ou com as ONGs não resultaria em uma perda da autonomia e, conseqüentemente, uma amenização da crítica social.

Não por acaso, na primeira metade dos anos 80’s, durante os Encontros Feministas Latino Americano e do Caribe, a questão da autonomia esteve no centro das discussões. Segundo Alvarez et.all. (2003) a concepção de autonomia foi considerada “a pedra fundamental da identidade feminista latino-americana”. Ainda que as mulheres buscassem fazer alianças em torno de suas demandas, as autoras ressaltam que o ideal de autonomia era “invocado para evitar a cooptação por atores como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação e até outros movimentos sociais” (2003: 545). Apesar das alterações, as discussões sobre a autonomia permearam o movimento feminista durante os anos de 1980 e 1990. Enquanto na primeira metade dos anos de 1980, a questão se debruçou sobre as relações entre as feministas e os partidos políticos de esquerda; desde o final do período até meados de 1990, perguntava-se sobre o impacto das relações do movimento com o Estado, as ONGs e as agências de financiamento.

No que tange à intitulada dupla militância, isto é, o ativismo de feministas em partidos políticos e no movimento, a ressalva não era aleatória. A experiência das feministas com os partidos políticos, em sua maioria, foi com as organizações de esquerda. Tais relações têm um histórico conturbado e ambíguo em diversos países da América Latina. Se, por um lado, como argumenta Colling (1997), foi por meio do envolvimento nos grupos e partidos de esquerda que muitas mulheres tiveram um primeiro contato com o terreno político, por outro, foi também ali que elas se confrontaram com as primeiras hierarquizações sexuais expressas na distribuição das “tarefas” ou, ainda, na subordinação de suas questões específicas às orientações do partido. Nesta chave, Andrea Nye (1995) advoga que a crítica aos tradicionais partidos de esquerda era respaldada por muitas mulheres que atuaram nas lutas pelos direitos civis e nos protestos contra a Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos. Segundo a autora, “a esquerda masculina aceitava as mulheres em suas organizações, mas não como dirigentes ou tomando iniciativas, nem estava interessada nas questões das mulheres. Mais uma vez as mulheres se viam arrumando casa e fazendo comida” (1995:120). Juliet Mitchell (2006) assevera que a opressão feminina, bem como a necessidade de sua emancipação foram temas problematizados pelos grandes pensadores socialistas. No entanto, adverte que o problema tornou-se subsidiário para o movimento e que “talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido” (2006:204).

Neste aspecto, partindo de uma análise histórica comparada, abordaremos, por meio da imprensa feminista, como se deram as discussões sobre a autonomia do movimento feminista em relação aos partidos políticos de esquerda, no Brasil e no Chile, entre 1981 e 1984. Ambos os países vivenciaram anos de regime político de exceção e a transição à via democrática foi negociada. Estes fatos nos instigam a pensar como os movimentos feministas discutiram suas especificidades nestes cenários. Tendo em vista que o período de redemocratização não ocorreu ao mesmo tempo nos dois países, o recorte cronológico refere-se aos marcos das discussões sobre a autonomia do movimento feminista. Isto é, toma-se como referencial as discussões sobre a autonomia do feminismo frente aos partidos políticos dentro de um contexto latino-americano mais amplo.

Em termos locais, o Brasil dava início ao processo de abertura política, com eleições estaduais e municipais previstas. No Chile, o período coincide com a reorganização dos movimentos sociais que resultaram, em 1983, nas *Jornadas de Protesto*. Em ambos os casos, o momento foi de fundamental importância na constituição de alianças e articulações que conduziram o processo democrático. Acreditamos que esta análise poderá colaborar na compreensão de como foram estabelecidas e consolidadas, posteriormente, as relações entre os movimentos feministas e os novos governos democráticos. De igual modo, abre caminho para investigarmos em que medida as demandas de gênero ganharam espaço dentro das instituições políticas em ambos os países.

Para isso, tomamos como referencial teórico-metodológico as balizas da História Comparada posto que, como afirmou Marc Bloch (1963), esta vertente traz significativas contribuições para se pensar as similitudes entre os fatos observados e as diferenças entre os meios em que foram produzidos. O autor chama a atenção para a importância de estudar sociedades “vizinhas e contemporâneas” que possam ter partilhado eventos comuns, as quais podem, paralelamente, ter influenciado umas às outras, justamente por sua proximidade e sincronia às causas e às questões que podem remontar a uma origem comum. Assim, ao escolhermos como objeto sociedades diferentes, mas que, a um primeiro olhar apresentam similitudes, os pressupostos da análise comparativa nos permitem “descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar uma e outra” (BLOCH, 1963: 17).

Maria Ligia Prado (2005) afiança que a História Comparada é rica para o levantamento de novas questões e novos problemas e para pôr em dúvida eventos que pareciam dados como processos contínuos e análogos. Especialmente no que se refere à história da América Latina, Prado argumenta que, mesmo nos anos de 1960 e 1970, quando os países latino-americanos partilharam da experiência de regimes autoritários, a historiografia não encontrou o mesmo comportamento político ou a “consciência de classe” do proletariado europeu esperada pelos pesquisadores. As contribuições da historiografia transnacional

também são importantes para tratarmos das discussões sobre autonomia e política. Assim, pretendemos observar as conexões e as circulações de ideias, críticas e posições políticas que extrapolaram as fronteiras nacionais e foram compartilhadas e discutidas pelos movimentos feministas latino-americanos.

A imprensa feminista no Brasil e no Chile entre 1981 e 1984

Para realizar este estudo, selecionamos três periódicos dois brasileiros e um chileno, a saber: o jornal *Mulherio*, o boletim *Chanacomchana* e revista *Furia*³. Tania de Luca (2005) advoga sobre a potencialidade do uso das fontes impressas para a compreensão dos papéis sociais atribuídos às mulheres na sociedade, bem como para as transformações ocorridas em torno das relações sociais, da família e da imagem da mulher, entre outras. No Chile, a revista *Furia* foi editada entre os anos de 1981 e 1984 pela *Federación de Mujeres Socialistas*, atingindo um total de seis números. O periódico era autofinanciado e não teve uma publicação regular, sendo que os três primeiros números foram semestrais e os demais passaram a ser anuais. Não temos informações sobre como eram feitas as vendas e qual era a tiragem da mesma. A revista tinha seções regulares como “*Vivimos, trabajamos y luchamos*”, onde eram abordados temas sobre as condições de trabalho das mulheres no campo e/ou na cidade e o “*Correo de las Furias*” que trazia cartas ou excertos de textos enviados, especialmente do exterior. Dada a repressão, os textos eram assinados por pseudônimos, como os de *Adela H*⁴, *Beatrice* e *Julia*. Havia, ainda, a seção de informes onde eram divulgadas notícias de encontros feministas e de mulheres em outros países. Nesta seção também aparecem notícias das condições de vida das mulheres da Hungria, Nicarágua, China e Alemanha, muitas vezes traçando um paralelo com a relação vivida pelas chilenas.

O periódico tinha por objetivo refletir sobre a condição feminina frente ao regime ditatorial, no qual, segundo seu posicionamento político, as desigualdades e discriminações tradicionalmente enfrentadas pelas mulheres se acirraram. Em seu segundo editorial, trouxe à baila a historicidade da desigualdade entre os gêneros, a desvalorização e invisibilidade social da mulher na sociedade, para justificar a escolha do nome. Neste aspecto, afirma que a opressão que recaía sobre as mulheres não datava da instauração do regime civil-militar, mas era algo que estava subjacente há séculos na história feminina:

³ No projeto de doutorado em curso analisamos outros periódicos chilenos, como os boletins *La Morada* e o *Boletina Chilena*, editados nos anos de 1984 a 1987, mas não incorporamos suas análises dado o recorte cronológico.

⁴ *Adela H* era o pseudônimo de Julieta Kirkwood, socióloga, docente, militante socialista e referência do feminismo chileno. Além de ser uma das responsáveis pela publicação da revista *Furia*, também participou do *Círculo de Estudios de la Mujer* e foi uma das fundadoras da ONG *Casa de la Mujer La Morada*, representante do feminismo mais amplo durante a década de 1980.

[...] Fue entonces que nos preguntamos cómo y qué sentíamos ahora, después de dos mil años de opresión y ocho años de dictadura (que ha puesto lo suyo, sin contrapeso, a la sumisión y degradación de las mujeres chilenas). Nuestra respuesta entonces fue unánime; ¡tenemos furia! No la furia ciega del golpe tras golpe. Nuestra furia es conciencia; es mirar nuestra situación honestamente, buscarle sus causas, discutir sus efectos en la sociedad humana (1981, n.2: 03).

A revista tinha uma posição alinhada ao feminismo autônomo e ao *nuevo socialismo* e foi porta-voz de uma crítica contumaz à política tradicional das esquerdas ortodoxas. Em suas matérias, defendia a independência do movimento feminista em relação à militância partidária, mas, ao mesmo tempo, insistia na inserção das demandas feministas pelo projeto socialista, pois, argumentava que feminismo e socialismo não eram incompatíveis. A incompatibilidade estava entre feminismo e militância partidária, ainda que dentro de um partido socialista.

A posição da *Fúria* fazia parte da conjuntura específica que o *Partido Socialista Chileno* (PS) enfrentou. Desde o golpe de 1973, a esquerda chilena passou por uma crise em torno de seu projeto político, levando a debates e tensões. As discussões que culminaram na cisão do *Partido Socialista* tiveram início no exílio, tendo como pano de fundo o contexto europeu, marcado pelo eurocomunismo e pela crise do socialismo real. Alguns militantes e intelectuais socialistas, em contato com o pensamento de Gramsci durante o exílio, passaram a defender um projeto político que privilegiasse a democracia que, até então, era tida como algo “burguês”. Assim, argumentaram que a democracia era uma medida de oposição às formas autoritárias, tanto de direita, quanto de esquerda (WALKER, 1998). Em 1979, o PS foi dividido entre a ala do “*nuevo socialismo democrático*”, dirigida por Carlos Altamirano, e a parte mais “ortodoxa”, que seguia as balizas marxista-leninistas, conduzida por Clodomiro Almeyda. Ao lado do PS *Altamirano*, como ficou cunhado, alinharam-se distintas organizações de esquerda como o MAPU (*Movimiento de Acción Popular Unitaria*) e o MAPU-*Obrero Campesino*, além de intelectuais da esquerda.

No Brasil, ambos os periódicos também foram editados em 1981. O periódico *Chanacomchana* foi publicado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), uma dissidência do coletivo homossexual *Somos*, de São Paulo. Em 1978, foi fundado o primeiro grupo homossexual do Brasil, o Grupo de Afirmação Homossexual *Somos*, e, no ano seguinte ocorreu o I Encontro de Homossexuais Militantes, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro.

O Grupo Lésbico Feminista foi formado a partir das divergências em torno da militância de alguns membros do grupo *Somos* em partidos e grupos de esquerda. Esse fato levou à divisão do grupo e à formação do coletivo *Outra Coisa*. As militantes lésbicas, que estavam em menor número no movimento, questionaram o pouco espaço dado às suas

especificidades, haja vista que seriam duplamente marginalizadas, enquanto mulheres e homossexuais. Esse debate levou a fundação da “Frente Lésbica” (FL) dentro do coletivo *Somos*, em 1980. Essa ação, entretanto, não foi bem recebida e levou as integrantes da FL a se aproximarem do feminismo e fundarem o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), em 1981.

É nesta conjuntura que as militantes do GALF idealizam o *Chanacomchana*. A edição de número zero saiu em formato de tabloide; no entanto, os outros doze números foram denominados como boletins, apesar de estarem muito próximos à concepção de um *fanzine*. Os treze números editados não foram regulares, sendo que os primeiros três números saíram anualmente e os demais oscilaram entre publicações trimestrais e bimestrais. O periódico era impresso em frente e verso, em preto e branco. Sua impressão era mimeografada ou em *offset*, isto é, em gráfica e com uma tiragem maior, que chegava a trezentos exemplares impressos⁵.

Tanto *Fúria*, quanto o *Chanacomchana* faziam parte da chamada imprensa alternativa. Elas eram autofinanciadas e tinham condições muito específicas e, por isso, sua circulação era mais restrita, se compararmos ao próximo periódico. Ainda que estas publicações tivessem uma circulação internacional, especialmente pela relação, no caso do Chile, de muitas militantes exiladas; a maior parte de seu público era local.

Já o jornal *Mulherio* circulou entre os anos de 1981 e 1987, em formato de tabloide, com um total de 39 edições. O projeto foi idealizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, um centro de pesquisas que tinha entre seus projetos os estudos sobre a condição feminina. Deste modo, sua política editorial foi definida como uma “porta-voz” para todas as vertentes do feminismo, sem tomar uma posição “pré-estabelecida” sobre qualquer assunto, sendo um canal para se debater todos os problemas relativos à mulher. O periódico contava com um conselho editorial formado por muitas intelectuais e militantes feministas. Muitas destas colaboradoras foram pioneiras nos estudos sobre mulher, feminismo e gênero no Brasil, a exemplo de Heleieth Saffioti e Mariza Correa, ou ocuparam, posteriormente, espaços político-institucionais.

Em seus primeiros anos, foi publicado bimestralmente, com um número de páginas regulares e chegou a uma tiragem de oito mil exemplares. A publicação recebeu apoio financeiro da Fundação Ford e também contava com um sistema de assinaturas. No editorial inaugural, quando da explicação sobre o público alvo do jornal, deparamo-nos com a afirmação de que a regularidade só seria possível graças ao suporte financeiro da fundação, que permitiria a saída regular do periódico por um ano e meio. Em decorrência

⁵ Essa informação aparece no balanço feito pelo grupo, em 1990, na décima segunda edição do boletim *Um Outro Olhar*. Segundo a informação, a impressão era possível graças às parcerias com políticos, feministas e militantes homossexuais.

deste fato, o jornal tinha uma ampla circulação, pois era distribuído gratuitamente, às organizações feministas e de mulheres e entidades acadêmicas; além disso, o custo baixo facilitava sua venda unitária, bem como o sistema de assinaturas, tanto nacional, quanto internacional. Portanto, ao tratarmos das discussões sobre a autonomia, temos que ter em conta que, no Chile, esta questão já fazia parte do projeto editorial da revista.

Autonomia ou militância política partidária na imprensa feminista brasileira

No Brasil, os debates sobre a oposição sobre autonomia do movimento feminista em relação à militância político-partidária se concentraram entre o final dos anos de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. Esse momento coincidiu com a consolidação dos movimentos sociais, acompanhada pela intensificação dos protestos exigindo o retorno ao regime democrático e a anistia política. Pressionado pelo fortalecimento das manifestações públicas, o regime ditatorial passou a discutir o projeto de anistia “ampla, geral e irrestrita”, de forma menos tímida, durante o governo do general João Batista Figueiredo, sendo aprovado em agosto de 1979. Apesar das controvérsias sobre a lei, haja vista que esta permitiu uma interpretação de reciprocidade entre os crimes cometidos pelos civis e pelo Estado, foi possível que antigos políticos e militantes da oposição voltassem ao país, promovendo uma intensificação na luta pelo retorno à via democrática. De igual modo, contribuiu para este cenário a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, ainda em 1979, que mesmo apresentando várias restrições, colocou fim ao bipartidarismo e deu ensejo à constituição de novos partidos, a exemplo do Partido Trabalhista do Brasil (PDT), em 1979, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, o Partido Democrático Brasileiro (PMDB), resultado da consolidação do Movimento Democrático e o Partido Democrático Social (PDS), composto pelos integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), braço do regime militar. Composto o panorama, houve um aumento significativo no número de associações autônomas feministas e de mulheres, constituídas por grupos de conscientização sobre a questão da mulher, oriundos de meados da década de 1970.

É diante desta nova conjuntura que as discussões sobre a autonomia do movimento feminista e a participação das mulheres nos partidos políticos tornaram-se centrais, especialmente pela desconfiança de muitas feministas em relação aos mesmos, como dito anteriormente. A crítica aos partidos de esquerda⁶ não passaram ao largo dos debates expressos pelos periódicos brasileiros por nós analisados.

⁶ É importante ressaltarmos que estamos tratando, neste artigo, da crítica feminista aos partidos alinhados à esquerda que, naquele período, ainda que proibidos e atuando na clandestinidade, representavam a oposição aos regimes ditatoriais tanto no Brasil, quanto no Chile. No entanto, isso não implica em afirmar que havia um interesse pelas questões e demandas feministas por parte de partidos considerados liberais, de direita, no mesmo período.

No tocante à autonomia do movimento feminista em relação aos partidos políticos, já em sua edição de número zero, o *Chanacomchana* publicou o artigo intitulado “Quem tem medo de Virginia Woolf”, assinado por Maria Carneiro da Cunha. Neste, a jornalista criticou de forma contumaz a maneira pela qual as feministas eram tratadas pelos grupos e partidos de esquerda, que as definiam como “[...] histéricas, mal-amadas, divisionistas, desviacionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas” (1981:3). De acordo com a narrativa, referir-se às feministas como “lésbicas” e, logo, como “anti-homens” era o mais frequente, mostrando a aversão dos mesmos à temática homossexual. Portanto, interroga a oposição destes grupos às demandas específicas dos movimentos homossexuais e feministas por considerarem-nas questões “menores”, que se resolveriam ao final do processo de retomada do poder pela esquerda.

[...] Há quem conteste o direito dos homossexuais se reunirem em grupos de pressão, reivindicação e luta, sem argumento essencialmente político, já que invoca uma certa ‘luta maior’ (uma expressão bem abstrata), que invalidaria todas as outras, consideradas menores, descabidas, mal colocadas ou estéreis (Chanacomchana, n. 0, 1981:3).

Na mesma direção, o jornal *Mulherio*, publicou, em 1983, o artigo intitulado “Façam o que eu digo, não façam o que eu faço”, em 1983, ressaltando a contradição presente no fato dos militantes dos partidos de esquerda adotarem um discurso revolucionário para a sociedade, excluindo, ao mesmo tempo, as mulheres da participação política e relegando-as, bem como suas exigências, a um lugar subalterno.

[...] Por que também entre os marxistas, a mulher que faz política tem sido considerada inaceitável ou indigesta? [...] De fato, o movimento socialista desde seu início interiorizou uma práxis pudica e pequeno burguesa, aceitando a mesma divisão burguesa dos papéis masculino/feminino, recusando a especificidade da revolta feminina. Contraste entre teoria e práxis? Divisão entre público e privado? Dupla moralidade? Sim: uma teoria revolucionária foi acompanhada por uma concepção antiquada dos valores familiares, como o puritanismo e as regras de produção/reprodução dominantes (Mulherio, n.11, 1983: 12).

Não podemos dizer que este ponto de vista corresponde ao corpo editorial do periódico, uma vez que o mesmo afirmava-se como um canal para as distintas vozes do feminismo, diferente do *Chanacomchana*, que deixava claro sua posição às leitoras e aos leitores. No entanto, podemos notar uma correspondência nas críticas construídas em ambos os textos, indicando a constituição de um feminismo questionador das velhas formas e esquemas políticos mantidos pelos partidos e organizações de esquerda.

Notoriamente, a crítica à cultura política de tais partidos estava alinhada aos acontecimentos do período e sinalizava para as tensões entre a autonomia e a “dupla

militância”. Entre os anos de 1979 e 1981 foram organizados, em São Paulo, os Congressos da Mulher Paulista. O segundo e o terceiro encontros realizados, respectivamente, em 1980 e 1981, foram marcados pelos embates entre feministas “autônomas” e as que defendiam a participação política partidária, isto é, a dupla militância. O II Encontro da Mulher Paulista, sediado no teatro da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), contou com cerca de quatro mil mulheres, cenário ideal, segundo Elizabeth Cardoso, para os grupos de esquerda, ainda na clandestinidade, “conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista” (CARDOSO, 2004: 70). Segundo a autora, as feministas, ao longo dos últimos cinco anos, já vinham discutindo a necessidade de um espaço de fala apenas para as mulheres, longe das prerrogativas dos partidos, onde suas questões específicas pudessem ser debatidas com seriedade.

Apesar dos periódicos não tratarem diretamente deste evento, na publicação de número dois do boletim *Chanacomchana*, em 1981, as editoras trouxeram o tema à tona, ao entrevistarem Cida Kopcak, ativista da Associação de Donas-de-Casa. A reportagem fazia parte de uma disputa que entrecruzou os Encontros da Mulher Paulista, entre os anos de 1979 e 1981: a participação das lésbicas enquanto movimento organizado. Moraes (1981) afirma que as feministas, em São Paulo, mantinham desde o final dos anos de 1970, relações estreitas com o movimento homossexual ligado ao grupo Somos, além de haver muitas militantes lésbicas diluídas dentro do movimento mais amplo. Entretanto, foi em 1979, que as relações se aprofundaram. Isso se deu durante os preparativos para a realização do I Encontro da Mulher Paulista, quando as militantes do grupo Lésbico Feminista (LF) passaram a frequentar as reuniões preparatórias. No entanto, a presença das mesmas causou “certo rebuliço” entre algumas feministas e houve um “visível espanto” levando o grupo a discutir, separadamente, se a participação dessas não provocaria uma reação negativa junto “às massas da periferia” (MORAES, 1981: 265). Assim, o intuito da matéria era aferir em que medida os temores das feministas, ligadas aos partidos políticos, condiziam com o pensamento das mulheres organizadas nos bairros a respeito da presença das lésbicas no feminismo. A entrevista sinalizou, também, os paradoxos não apenas entre feministas autônomas em oposição às partidárias, ou ainda, feministas *versus* feministas-lésbicas, mas também um distanciamento entre o que era o movimento de mulheres organizado na periferia e o que respondia pelo centro.

Neste aspecto, vemos também como o periódico tenciona o que é a identidade feminina dentro do próprio movimento feminista. Como adverte Swain (2002), as feministas, ainda na década de 1970, produziram um campo de análises destacando o processo de diferenciação sexual que criava as “diferenças e desigualdades, material e imagética”, bem como direcionaram críticas à constituição de uma heterossexualidade compulsória que “desde o berço cria uma disciplina educacional e simbólica em torno das meninas/mulheres e seu destino biológico” (2002:3). Assim, no *Chanacomchana* não apenas a autonomia do movimento era questionada, mas também que “mulher” o feminismo, naquele período, visava representar. Como Butler (2010) assevera política e

representação, especialmente para as feministas, são relações complexas, pois, a priori, parte-se de uma identidade fixa feminina. Se, por um lado estende visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro pode recair em “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres (2010:20)”.

Os entraves se repetiram no evento seguinte, protagonizados pelas militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e também por setores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os acontecimentos ganharam destaque na edição de número um do *Mulherio*, que publicou uma matéria afirmando que as comemorações do 08 de março daquele ano haviam sido marcadas pela expansão do movimento de mulheres, mas “também por tentativas de grupos político-partidários de controlar e encampar em seu próprio proveito a capacidade de mobilização já demonstrada pelo movimento” (*Mulherio*, nº1, 1981: 6). O texto afirma que na cidade de São Paulo as atenções estiveram voltadas para a terceira edição do Congresso da Mulher Paulista, que foi dividido devido ao acirramento dos diferentes posicionamentos das feministas. O primeiro grupo concentrou-se no TUCA, com a presença de 300 delegadas, representando seis mil mulheres de todo o Estado; o segundo dirigiu-se ao Estádio do Pacaembu, reunindo mulheres de setores sindicais, alinhadas com a vertente ideológica do jornal Hora do Povo, editado pelo MR-8.

Diante deste contexto, o *Mulherio* trouxe uma matéria expondo que, além desta divisão, as opiniões também não convergiram no que se referia aos resultados do congresso realizado, visto por muitas feministas como “tímido”, uma vez que pouco havia se avançado em relação às bandeiras levantadas pelo movimento no ano anterior. No entanto, a matéria argumenta que uma vertente feminista foi contundente no que tangia à autonomia do movimento:

[...] Consideraram também que este 3º Congresso deixou bem clara a necessidade de autonomia do movimento de mulheres e mostrou sua disposição para não se deixar iludir ou dividir por grupos políticos. [Houve] também grupos feministas que questionaram a própria realização de congressos deste tipo, pois acham que eles acabam desembocando numa imitação dos modelos machistas de disputa de poder. (*Mulherio*, n.1, 1981:6).

Essas divergências não eram uma especificidade de São Paulo, como assegurava o jornal. Em outros Estados, a exemplo do Rio de Janeiro e Pernambuco, as feministas também encontraram dificuldades em visibilizar suas demandas, ora impedidas por sindicatos com alianças partidárias; ora pelo domínio completo de setores partidários, como no caso da presença expressiva das militantes do PMDB, em Recife, onde as feministas não conseguiram discutir suas pautas específicas (*Mulherio*, n.1, 1981).

Apesar disso, para algumas militantes, como Cida da Associação de Donas-de-Casa, era possível conciliar ambas as militâncias. Na entrevista, cedida ao *Chanacomchana*, a militante posiciona-se a favor da autonomia do movimento e expõe que para seu grupo a participação em partidos era algo inaceitável, “[...] a gente nunca participou de partido. Nós nunca aceitamos. A gente quer autonomia para poder falar livremente sem receber ordem de cima”; porém, admite a possibilidade de “ser feminista dentro do partido” (*Chanacomchana*, n.2, 1982:7).

Se para a Associação de Donas-de-Casa o paradoxo de ser feminista e atuar nos partidos políticos era viável, para as editoras do *Chanacomchana* essa via se apresentava como execrável. No boletim de número quatro, a questão da autonomia foi debatida em duas matérias. A primeira trata de um ato político organizado pelas militantes GALF, no Ferro’s Bar, principal ponto de venda do boletim. Segundo a matéria, o ato teria ocorrido devido às restrições colocadas pelo dono do estabelecimento à presença das militantes. Em um momento em que se discutia o retorno da democracia no país, as ativistas convidaram deputados, deputadas e vereadoras para participarem do manifesto.

No entanto, por se afirmarem como um grupo autônomo e avesso à intitulada “dupla militância”, em certa medida, o boletim justificou às suas leitoras os motivos eleitos para fazer o convite a determinado (a)s político (a)s.

[...] Ao contrário de alguns outros grupos feministas, o GALF não aceita a chamada dupla militância: isto é, batalhar dentro de um grupo e, ao mesmo tempo, dentro de um partido político. Pensamos que a dupla militância foi um dos principais fatores de enfraquecimento dos grupos feministas nos últimos anos, particularmente com as eleições de 1982. (...) Isso não impede que busquemos ótimas relações com os partidos de oposição – PMDB, PT e PDT – pois nossas lutas se cruzam em alguns pontos essenciais, como é o caso da luta pelas liberdades democráticas. (*Chanacomchana*, n.4, 1983: 6).

No caso apresentado pelo boletim, apesar de condenar a intitulada “dupla militância”, o texto nos leva a compreender que, em determinadas circunstâncias, o apoio de políticos presentes na esfera institucional do poder era imprescindível para pressionar por suas demandas. Como vimos anteriormente, a própria impressão do boletim era realizada, muitas vezes, por intermédio de relações com partidos e outros movimentos. Tratava-se de um jogo no qual os partidos e seus agentes políticos estabeleceriam uma relação de trocas por afinidades e, em contrapartida, o movimento poderia participar de debates promovidos pelos partidos ou apoiá-los quando algumas de suas bandeiras fossem defendidas por aqueles. Esses paradoxos não eram novidades na militância feminista, sobretudo no que concerne à esfera política institucional. Ao longo da história, as mulheres criticaram, dialogaram, negociaram e fizeram alianças com partidos e grupos políticos a fim de verem suas necessidades e direitos assegurados. Como afiança Joan

Scott (2002), escrever sobre a história do feminismo é escrever sobre paradoxos e prestaríamos um desserviço a essa trajetória se os ignorássemos.

A relação ambígua entre as feministas e os partidos políticos foi retomada na mesma edição, por meio de artigo redigido por Rosely Roth, intitulado “A opção da autonomia”. Neste, a crítica à dupla militância é mais contundente, do mesmo modo que a própria prática política é interrogada. O texto endossa que, “em teoria”, tanto os grupos feministas, como os homossexuais, se opõem à reprodução das práticas políticas tradicionais caracterizadas pela “hierarquia, competição, divisão entre os que pensam e os que fazem e a preocupação quase que exclusiva com a tomada do poder” (Chanacomchana, n.4, 1983:8). Para a autora, estes aspectos estariam presentes mesmo nos partidos de oposição. Essa prática foi lida como uma “velharia” que sustentava uma estrutura hierárquica, engessando um debate democrático e plural dentro dos partidos. Assim, pensa que uma militante que se afirme como feminista ou homossexual não deve acreditar que a luta dentro dos partidos era algo possível de ser concretizada. Este fato, segundo o artigo, era algo inviável, pois, em última instância, dividiria e enfraqueceria o movimento.

Destarte, adverte que a autonomia precisa ser salvaguardada no intuito de dar visibilidade a outras assimetrias que não eram vislumbradas dentro dos partidos políticos. Por isso assegura que é importante a multiplicação de “grupos autônomos de negros, feministas, homossexuais, ecologistas e outros setores oprimidos”, como os camponeses e operários. De acordo com o texto, estar nos partidos significava não “acreditar nos grupos como veículos de transformação”. Nesta narrativa, estes grupos poderiam formar cooperativas ou federações, modelos distintos das tradicionais e autoritárias formas de se fazer política. Contudo, ressalta o artigo, isso não implicaria em não criticar, tentar modificar ou mesmo manter relações com os partidos.

Esse dilema compunha, como afirmado anteriormente, um debate mais amplo no feminismo latino-americano. Em 1981, a terceira edição do *Mulherio* traz uma avaliação do I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, ressaltando que “[...] um dos temas mais discutido foi o dilema enfrentado pelo movimento feminista em todas as partes do mundo: sua relação com os grupos e partidos políticos”. (n.3,1981: 3).

Entretanto, no caso brasileiro, acompanhamos pela análise de ambos os periódicos, a entrada de feministas em partidos políticos. Em 1982, diante de um cenário de eleições municipais e estaduais, o *Mulherio* e o *Chanacomchana* realizaram entrevistas com candidatas de partidos políticos a fim de questionar em que medida os partidos defendiam as pautas de gênero. Destacamos a matéria realizada pelo *Mulherio*, intitulada “A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos”; a matéria ocupou seis páginas do jornal e levantou as seguintes questões: é possível ser feminista e ao mesmo

tempo atuar nos partidos políticos? Há espaço para as demandas feministas dentro dos partidos tradicionais de oposição?

Foram entrevistadas três candidatas oriundas da classe média, com formação universitária e histórico de militância no feminismo ou na esquerda: Lia Zatz, do PMDB; Licia Peres, do PDT, e Elizabeth Lobo, do PT. Lia Zatz não considerava que a escolha por seu partido tinha sido motivada pelo fato deste entrar ou não em “choque” com suas ideias e atuações feministas, mas sim por considerá-lo um partido que poderia “contribuir numa mudança de sociedade”. Isto é, a eleição pelo partido não foi uma escolha pela militância feminista, mas, por acreditar que ali seria um canal pelo qual as transformações sociais, incluindo as relativas às mulheres, poderiam ser encampadas e não via as discussões sobre autonomia como essenciais para o momento.

Para Lícia Peres era totalmente possível ser feminista dentro do seu partido e ressaltou, no entanto, que ser feminista no país era difícil, porém, dentro de seu partido a mulher tinha conquistado espaço (1981, n.3: 17). Mas, afirmou que o compromisso prioritário do partido era com as crianças, em um projeto de “salvação nacional”, depois com os trabalhadores e, por fim, com as mulheres. A posição da candidata, notoriamente, estava longe de ser uma unanimidade entre as feministas que estavam nos partidos políticos. O que predominava, muito mais que um consenso, era um cenário de disputas entre posições muitas vezes inconciliáveis a despeito da defesa da perspectiva feminista. Isso demonstra que, apesar das mulheres conseguirem espaços dentro dos partidos, incluindo uma plataforma de luta, as demandas de gênero ainda não eram equiparadas às demais, continuando em posição subalterna dentro de um projeto mais amplo.

Elizabeth Lobo, por sua vez, narrou que sua relação com o PT era “uma aposta: um engajamento”. Isso porque, para ela, o partido tinha suas raízes nos próprios movimentos sociais; deste modo, o movimento de mulheres seria importante. Ela tratou dos temas que compunham a agenda feminista naquele período, porém, ressaltou que estas bandeiras não eram centrais no projeto do partido. Ao contrário, demarcou que o espaço de elaboração destas discussões era o movimento autônomo. Assim, se para ela o partido precisava do movimento, cabia às mulheres interrogarem se o feminismo de fato precisava dos partidos.

As falas das entrevistadas nos dão indícios de que, contrariando os argumentos das “duplas militantes”, a entrada das mulheres nos quadros partidários da oposição não implicou, necessariamente, no reconhecimento efetivo de suas demandas. De igual modo, podemos aferir que havia uma divisão entre o que era considerado como exercício político. As falas apresentadas no periódico nos levam a indagar o que era compreendido como ação política, uma vez que a ênfase recaía sobre na militância dentro dos partidos. Ainda em 1982, o *Mulherio* trouxe a matéria “Eleições: A autonomia do movimento feminista, como vai?”, que partia das inquietações das próprias editoras e colaboradoras

do jornal. A matéria foi produzida a partir do depoimento de uma candidata que afirmou que “apenas em seu partido havia feministas”. Neste ponto, as editoras se posicionaram e afirmaram:

[...]. Ficamos discutindo, a partir de um comportamento quase banal num ano de eleições, o que é que está acontecendo com a famosa autonomia do movimento em relação à organização partidária da sociedade brasileira, que parece engolir como um polvo não só o nosso movimento, mas todos os outros que emergiram nesse período da história política (MULHERIO, n.9, 1982:10).

Nesta matéria, as editoras refletiram sobre a transformação do feminismo autônomo durante os últimos anos, e avaliaram que muitas das mulheres que estavam na luta desde o ano de 1975, encontravam-se, naquele momento, na luta partidária. Por uma via, concluem que essas mulheres eram as responsáveis por inserir as demandas feministas nos discursos e programas dos partidos políticos, inclusive, alcançando espaços nos palanques para a difusão de suas ideias, marcando um novo momento na história do feminismo brasileiro. Porém, consideram, tomando como fundamento as entrevistas realizadas com as candidatas, que as questões relativas às mulheres, apesar de não estarem resolvidas, apareciam como superadas não se fazendo mais necessário discutilas. Frente a isso, indagam sobre os rumos e contornos que o movimento feminista adquire no período de eleições:

[...] será que o movimento feminista está-se esfacelando de maneira análoga ao esfacelamento sofrido pela oposição em 1979? Dividir para reinar sempre foi uma estratégia utilizada pelos que detêm o poder, e, se uma feminista, quem quer que seja, pode dizer que só em seu partido há feministas, a frase significa que a sua primeira lealdade, ainda que parte da retórica de um ano eleitoral é hoje para com o partido. Discussão complicada essa (MULHERIO, n.9, 1982:11).

Essa exposição das editoras nos permite refletir sobre as relações que entre o feminismo e Estado começaram a ser delineadas. É válido lembrarmos que os espaços institucionais, como secretarias e conselhos femininos, foram criados no Brasil ainda na primeira metade da década de 1980, a exemplo do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, criado em 1983, da Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985, durante a gestão do governador André Franco Montoro, em São Paulo, e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), também em 1985. Neste sentido, o que entra em jogo é a institucionalização do movimento e a ausência, tanto da autonomia, quanto da própria “essência” do movimento. Assim, nas edições seguintes, os periódicos passaram a questionar como se estabeleceriam as relações entre os movimentos feministas e o Estado e se haveria mecanismos para garantir autonomia. Igualmente, quais seriam as formas de organização dentro do governo, de maneira a que as reivindicações feministas fossem atendidas.

Como dito, a “descrença” ou desconfiança em relação à condução das demandas pelos partidos de esquerda já vinha sendo assinalada. Simone de Beauvoir (2009) advoga, em 1949, que a libertação feminina não havia sido alcançada no capitalismo e tampouco no socialismo, haja visto que a URSS “ressuscitou” velhas concepções patriarcais, encerrando as mulheres em “situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem às medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio (2009: 94)”. Juliet Mitchell (2006), por seu turno, afiança, fazendo um balanço das conquistas feministas nas últimas décadas, que, se por um lado o legado das sufragistas dos anos de 1940 e 1950 foi nulo por não terem conseguido ir além de suas reivindicações principais, por outro toda a experiência exitosa da Revolução Russa foi reduzida a uma conduta moral que restaurou o conservadorismo e o moralismo próprios da tão criticada família burguesa. Assim, assistiu-se à ideia de união entre Estado e família reforçada e o amor livre considerado uma “invenção burguesa” que não correspondia aos verdadeiros princípios do cidadão soviético. Logo, militar pelas demandas feministas apenas nos partidos políticos foi encarado, naquele período, como um limitador, uma vez que suas especificidades poderiam ser apagadas dentro de um quadro de demandas mais amplas. Por isso, diversas militantes insistiram na autonomia do movimento.

Este debate teórico esteve muito presente na revista *Furia* que, em várias vezes, questionou os motivos da esquerda não assumir as demandas feministas e tomar medidas tão conservadoras quanto às da oposição em relação às mulheres e à família. Cabe ressaltarmos que o feminismo chileno reemergiu com força na cena pública ainda sob o signo do regime militar, em 1983, quando tiveram início as jornadas de protesto convocadas em maio, pelo Comando dos Trabalhadores do Cobre (CTC), responsável pelas primeiras articulações de greves e protestos que eclodiram na década⁷. Esta ação teve um efeito catalizador, fazendo com que outros setores da sociedade civil aderissem de forma espontânea às jornadas. Em datas específicas, a população tomou as ruas centrais e os bairros periféricos, com manifestações e barricadas, que exigiam melhores condições de vida e o retorno à via democrática. Essas manifestações ocorreram no período em que a crise, decorrente do fracasso das medidas neoliberais implantadas no governo militar, se acentuou, refletindo em uma alta taxa de desemprego, inflação e uma severa queda no salário mínimo. Susan Franceschet (2002) afirma que, naquele período, devido ao desemprego masculino, muitas famílias se separaram e as mulheres assumiram a chefia da casa. Entre os anos de 1982 e 1983, ápice da crise, 75% das mulheres estavam inseridas em ações governamentais, como o *Programa de Empleo Minino* (MEP), que pagava de 40% a 60% do salário mínimo, no intuito de minimizar os efeitos da crise.

⁷ Cabe ressaltarmos que o Chile apresentou uma particularidade. Com as fraudes ocorridas no plebiscito de 1980, a nova Constituição conferiu legitimidade ao regime vigente para continuar no poder, além de inserir no texto medidas que possibilitariam decretar estado de emergência e estado de sítio, como ocorreu em 1986. Martins (2000).

É neste contexto que o movimento feminista organizado reemergiu com a insígnia “*Democracia en el país y en la casa*”, em julho de 1983, data em que ocorreu a terceira jornada nacional. O movimento exigia não apenas o retorno à democracia, mas também uma redefinição da própria noção de democracia a partir das assimetrias de gênero que incidiam no cotidiano das mulheres, sobretudo nas esferas doméstica e familiar. No entanto, apesar da visibilidade pública ocorrer neste período, a retomada das discussões sobre a mulher na sociedade chilena, bem como a própria revigoração do feminismo, datam do final dos anos de 1970, paradoxalmente, em um dos momentos de maior repressão.

O feminismo chileno da “segunda onda” contava, ainda, com uma especificidade: lutar contra o papel que a mulher e a família ocuparam durante o regime militar. Em 1971, durante o governo da *Unidad Popular*, presidido por Salvador Allende, as mulheres de classe média organizaram a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, com o intuito de protestar contra o regime vigente. Essa manifestação se espalhou por outras cidades e, devido a sua expressividade pela mídia, levou à formação do *Poder Feminino*, movimento constituído por mulheres ligadas à *Democracia Cristiana* e por outras de diferentes classes sociais. Os protestos organizados pelo grupo contribuíram, sobremaneira, para desestabilizar o governo de Allende e, em certa medida, legitimar o golpe de 1973. Em seu regime, Pinochet soube capitalizar esse movimento. Segundo Maria E. Valenzuela (1993), o ditador estimulou a organização feminina a partir da *Secretaría Nacional de la Mujer* e dos *Centros de las Madres*⁸ (CEMAS), onde contava com um “verdadeiro exército” de voluntárias e esposas de chefes militares. Esses canais que contavam, inclusive, com uma publicação regular, tinham o intuito de fortalecer a imagem tradicional da mulher, ligada à maternidade e ao casamento, relacionando, assim, o seu papel à preservação da família, mas também como renovação do projeto de nação. Pinochet afirmava em seus discursos que as mulheres não queriam apenas uma nova ordem econômica e política, mas também um novo “ideário moral”. O discurso oficial, segundo a autora, enfatizava o caráter “heroico” destas mulheres na reconstrução nacional ao libertar o país das “garras do marxismo” internacional e afirmava que, superado esse momento, elas podem retornar, dignamente, às suas funções de mãe e esposas e formadoras dos cidadãos da nova nação (Yagués, 2012).

Portanto, por essa narrativa, as mulheres deveriam deixar a militância pública e retomar ao seu “destino natural”, o espaço privado, distante das discussões políticas. Logo, as

⁸ Os Centros de Madres (CEMAS) eram uma das organizações femininas de base popular mais antigas do Chile, sendo sua fundação em 1950. A organização passou por diversas transformações em sua estrutura e objetivos. Durante o governo de Pinochet, o Centro de Madres teve seu nome alterado para *Fundación Gabriela Letler Ibáñez* e também passou a ser um polo de formação dos papéis tradicionais femininos. Ver: Valdés, T., Weinstein, M., Toledo, M., Letelier, L. (1989).

feministas que se reorganizaram durante o final da década de 1970, tiveram que combater o regime militar e a imagem da mulher associada ao espaço doméstico e familiar. Contudo, para o feminismo chileno, a visão da mulher associada à esfera privada não era uma retórica restrita ao regime autoritário instituído ou aos partidos conservadores de direita. Assim, a insígnia “*Democracia en la casa y el país*” ressaltava, justamente, que não bastava o retorno à democracia; uma vez que as formas de opressão às mulheres também ali estiveram presentes; era necessário enfrentar e erradicar o autoritarismo em todas suas faces, incluindo a que se apresentava na militância de esquerda.

Cabe lembrarmos que, no Chile, estamos tratando de um período em que os partidos estavam na clandestinidade, uma vez que a ditadura no Chile proibiu a existência de partidos; ao contrário do regime de exceção no Brasil que, a partir de atos institucionais, acabou com o pluripartidarismo, mas permitiu o bipartidarismo, criando uma falsa sensação de oposição ao regime. Ademais, no caso brasileiro, este período foi correspondente à abertura política e, conseqüentemente, à formação de novos partidos de esquerda; sendo assim, como vimos, houve uma relação mais estreita entre as feministas e os partidos; ainda que a autonomia fosse defendida como ponto essencial para o movimento.

Nas páginas da revista *Furia*, a relação entre as demandas feministas e as da esquerda esteve presente desde sua primeira edição. Na seção *Análisis*, o artigo sem autoria intitulado *¿Dónde está la discriminación de la mujer en la sociedad capitalista?* Enfatiza como as questões referentes ao universo do privado, ao não serem vislumbradas pela esquerda, foram convertidas em questões políticas pela direita de maneira inversa, no apelo ao “eterno feminino”. O texto afirma que a figura feminina e seu papel na família foram acionados pela direita durante o governo da *Unidad Popular* e, após o golpe, essas mulheres foram colocadas como representantes do papel sagrado da família. Assim, o artigo pergunta pelos motivos que levaram a esquerda tradicional a defender apenas o papel da mulher na família e desconsiderar as especificidades femininas no socialismo.

[...] Estos izquierdistas argumetan que las trabajadoras solamente se las debe organizar alrededor de las mismas demandas que se supone, atraen a los trabajadores en general, y que las mujeres que no son trabajadoras asalariadas (cerca de un ochenta por ciento en nuestro país) deben ser organizadas para defender a sus familias y a su esposo, pero jamás alrededor de sus intereses específicos en la familia o en la clase. Ellos usan la consigna de que la ‘familia proletaria’ es la unidad de lucha en la revolución, negando apoyo a las mujeres en su lucha por conseguir igualdad en la familia misma, en el trabajo y en partido. (*Furia*, n.1, 1980: 8).

A crítica ao lugar reservado à mulher dentro dos tradicionais partidos de esquerdas esteve presente não apenas entre os textos expressos pelo periódico, mas também por suas leitoras. Na seção *Cartas- El Correo de Las Furias*, da edição de número dois, em 1981, uma militante escreve fazendo coro quanto ao posicionamento discriminatório das esquerdas em relação às mulheres.

[...] En los partidos de izquierda y en las organizaciones de la clase trabajadora, siempre ha existido la tendencia a entregarles a las mujeres papeles de apoyo, o secundarios, en una lucha que es de todos. Esto, a mi juicio, obedece a la falta de desarrollo creativo del pensamiento marxista. No ha habido capacidad de aplicar los principios de este a nuestro accionar en concreto. [...] En definitivo, la mujer es marginada, por el sistema y es desgraciadamente, por las organizaciones que luchan contra ese sistema. (*Furia*, n.2, 1982: 7).

Nesta mesma edição, o artigo publicado, novamente, na seção *Análisis* rebate as críticas simplistas feitas pela esquerda ao feminismo, que o taxava de um estrangeirismo pequeno-burguês que não corresponderia às experiências das latino-americanas, sendo, portanto, apenas um modismo de “intelectuais burguesas”. O artigo argumenta que se este é o fundamento para refutar o feminismo, o mesmo deveria servir para o marxismo; afinal, a premissa revolucionária do socialismo, de igual modo, era “estrangeira” e não servia aos interesses da população mais ampla:

[...] Otra acusación al feminismo, es que éste como fenómeno social es propio de los países desarrollados y que poco o nada tiene a ver con América Latina. El hecho que el feminismo haya nacido en los países ricos no significa que las mujeres de América Latina y del resto del mundo no puedan nutrirse de esa corriente. Si así fuera, el marxismo – también nacido en un contexto social diferente al nuestro – no podría encontrar cabida entre nosotros. También se dice que la formulación feminista no interesa a las mujeres de pueblo sino a las intelectuales “pequeño-burguesas”. De igual modo podría sostenerse que al pueblo, en un momento dado, no le interesa la revolución sino la satisfacción de ciertas reivindicaciones inmediatas (*Furia*, n.2, 1981:12).

Esse debate figurou em outros números, a exemplo da quarta edição, quando a revista teceu críticas às formas como regimes socialistas e comunistas trataram a questão da mulher durante os processos revolucionários. Se as revoluções socialistas ocorridas na Europa ou na América Latina haviam garantido mudanças substanciais nas estruturas econômicas, não provocaram alterações nas estruturas patriarcais e tampouco nas relações de dominação de um sexo por outro. No entanto, como pontuamos anteriormente, tratar da história do feminismo é falar de controvérsias e paradoxos.

A revista *Furia* defendeu, arduamente, a autonomia do feminismo, fazendo duras críticas ao Partido Socialista, de forma geral, e à maneira como o socialismo foi conduzido. No entanto, defendia, de forma contumaz, a aliança entre feminismo e socialismo que, na perspectiva editorial, eram “indissociáveis” para a condução de uma democracia efetiva. Para apoiar tal proposta, apresentava, entre os textos, citações de Jean Paul Sartre, Herbert Marcuse e Antonio Gramsci, intelectuais ligados à renovação intelectual da esquerda europeia. Notoriamente, as referências a tais autores não eram aleatórias. Segundo Mary Castro (2000), Marcuse, em 1977, escreveu um artigo com o título “Feminismo Socialista”, no qual idealiza a construção de um socialismo próximo do feminismo e contrário ao capitalismo. Sartre, por sua vez, além de envolvido, intelectualmente, na renovação do pensamento das esquerdas, estava ao lado de Simone de Beauvoir, referência do feminismo francês dos anos de 1960. E, a obra de Gramsci foi central na renovação política da esquerda latino-americana, sobretudo no que tange ao campo cultural.

Portanto, o periódico estava imerso em uma discussão que preconizava a necessidade de se repensar a prática política na esquerda, sobretudo o processo revolucionário, e associá-la a outras lutas, como a feminista. Defendia-se, portanto, uma nova cultura política, que repensasse não só as desigualdades provenientes das estruturas sociais, mas também os constructos culturais que asseguravam e reproduziam os valores autoritários e patriarcais. Assim sendo, o editorial de 1983, argumentou, justamente, que a constituição de um projeto democrático e socialista não poderia ser feita sem que as questões relativas às mulheres estivessem presentes.

[...] ‘No hay feminismo sin democracia’ frase que encierra otra manera de reafirmar la secuencia: ‘lucha contra la dictadura y por la democracia, primero. El problema de la mujer, después’. Que esta lógica tan precisa y justa del ‘después no se da exactamente así en la realidad, es un sentimiento muy vivido para los grupos feministas de aquí y de allá. (...) En la mirada al Después, nos encontramos en un punto en que no cabe duda razonable de que ni la democracia, menos el socialismo, se construirán – no pueden ser construidos – si mantenemos en reserva y diferido el ‘problema de la mujer’ (Furia, n.5, 1983:1).

A crítica feita no editorial refere-se a um momento particular da história do socialismo no Chile. Em 1982, foram iniciadas as reuniões que levaram à criação da *Secretaría de la Convergencia Socialista*, com representantes do Partido Socialista liderado por Altamirano, de perspectiva gramsciniana, e da ala esquerda da *Democracia Cristiana*, além de outras agrupações. O intuito era traçar um novo perfil identitário superando a crise vivida pela esquerda, desde o golpe de 1973, e encontrar uma linha de afinidades dentro do socialismo chileno com vistas a avançar o processo democrático. Esse processo foi consolidado em 1983, com o apoio de representações políticas, além de grupos de estudantes e intelectuais alinhados aos debates da renovação das esquerdas, o que não

implicou necessariamente na adesão das feministas aos partidos. Ao contrário, a revista argumentou a favor da autonomia do movimento, assim como o *Movimiento de Mujeres Populares* (MOMUPO) que, de igual modo, buscou manter-se independente dos partidos políticos e sindicatos.

Nesta chave, o periódico publicou, em sua penúltima edição, um relato desta reunião, apresentando as falas de militantes masculinos e femininos sob os signos de XX e XY, no intuito de mostrar como as questões relativas à liberação da mulher, bem como à participação feminina no grupo de esquerda estavam sendo pensadas. O debate ocupou nove páginas da edição; portanto, selecionamos alguns trechos que dão indícios dos conflitos e embates colocados sobre a autonomia do movimento.

XY: Se insiste en que tratemos el proyecto socialista y el tema de la mujer por separado y no hacer desde ya la síntesis. Lo que pasa es que se produjo ahí una alianza quizás mortal (se refiere al proyecto socialista y al feminismo)

XX: Yo no estoy de acuerdo, me parece que no puede, no debe ser diferente. En ese sentido quería llamar la atención sobre el documento en que dice 'no es tarea del movimiento político hacerse cargo de las demandas feministas'. Bueno, qué entendemos entonces por socialismo, por político, si no es que va a recoger precisamente esas demandas, si es una sociedad que aspiramos a construir, y planteamos la planificación feminista la cual se sitúa en otro plano. Hay que pensar ambos procesos conjuntamente y no separadamente.

XY: No nos pasemos al extremo de creer que el movimiento feminista es el único elemento nuevo, renovado, revolucionario y que va a llevar al carro a una organización clásica y tradicional como el partido. La primera parte del documento me parece fantástica, estoy de acuerdo. Como dice ahí, en la población o barrio también está el autoritarismo, el patriarcado. No son la misma cosa y por lo que tu dijiste podría pensarse que la vanguardia del partido es el elemento femenino. No quiero decir que hayas dicho eso" (Furia, nº5, 1983:28).

O relato, ao final, faz um balanço analisando que alguns militantes reconheceram a importância da autonomia do movimento, bem como da necessidade do partido em assumir as questões femininas. No entanto, conclui que as falas oscilaram de "diálogos a monólogos" e que nem tudo se conquistava no primeiro momento, sobretudo porque o caminho para solucionar isso, via partido, não estava definido. Em seu último número, em 1984, três textos sinalizam que o debate ainda suscitava dúvidas e tensões dentro da militância. Em um período em que os partidos e grupos políticos ganhavam espaço como força opositora ao regime ditatorial, o espectro da cooptação e do controle pelos partidos de suas demandas alarmava as feministas. Por outro lado, interroga-se de que maneira o movimento deveria pressionar o Estado para obter êxito em suas bandeiras, isto é, o

feminismo deveria participar da reconstrução partidária ou se fortalecer enquanto movimento social autônomo?

No texto “Articulando los Fragmentos?” a possibilidade de um encaminhamento para esse impasse foi abordada partindo de relatos de mulheres, durante uma reunião autônoma, que tinham como objetivo propor alternativas à concepção tradicional de política baseada no verticalismo. As organizadoras da reunião convocaram feministas independentes e aquelas ligadas aos partidos políticos, com o intuito de avaliar, ainda, a possibilidade de montar um ato das mulheres da *Convergencia Socialista* durante as manifestações do Dia Internacional da Mulher daquele ano. Selecionamos o trecho que explica os motivos que justificavam o encontro.

[...] Pensamos en un movimiento donde tengan cabida todas aquellas mujeres que se sientan identificadas con estos elementos: ser mujer y ser socialista. Y aquí caben las mujeres que están en los más diferentes frentes: mujeres militantes de los partidos, mujeres militantes del movimiento feminista, las mujeres que están en la lucha sindical, etc. Ahí no vemos ninguna contradicción. Queremos terminar, entre otras cosas, con que unas somos feministas y otras militantes. El hecho de que las mujeres militantes participen en el movimiento de mujeres nos permite tener más fuerza para lograr nuestra propia identidad, y desde ahí, desde la reflexión que se haga con otras mujeres ser capaces de llevar a los partidos las proposiciones desde nuestra condición de mujer (Furia, nº6, 1984:26).

O texto, ao final, conclui que o caminho para o feminismo, ao lado do socialismo, ainda é muito difícil. No ano em que as publicações do periódico se encerram, sem explicação evidente, foi fundado o *Movimiento de Mujeres Socialistas* (MMS), que segundo Javier Yagues (2012) foi composto por uma heterogeneidade de mulheres, entre feministas, donas de casas, militantes e estudantes que se identificavam com o socialismo, mas defendiam sua autonomia e identidade frente ao partido, dando-nos indício dos rumos que as editoras da revista tomaram. Esse período coincide com a consolidação de duas colisões partidárias, a *Alianza Democrática* e o *Movimiento Democrático del Pueblo*, em 1984. Ao lado dessa junção, foi firmado, em agosto de 1985, o *Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena Democracia*. Porém, se a oposição vislumbrava uma saída do regime ditatorial, o atentando à vida de Augusto Pinochet, em setembro de 1986, levou a um novo decreto de estado de sítio, colocando, novamente, os movimentos sociais e grupos políticos sob censura e repressão.

Frente a este cenário, Franceschet (2012) advoga que muitas militantes, ao se confrontarem com o dilema “autonomia versus integração”, rejeitaram a estratégia autonomista e optaram pela “dupla militância” como método para inserir as reivindicações de gênero na agenda da transição. Valenzuela (1993), por sua vez, analisa que na medida em que os grupos políticos de oposição se consolidaram, tentaram

recuperar suas bases e cooptar os distintos movimentos sociais que foram densamente pressionados a ceder sua autonomia. E, ainda neste caminho, assevera que essa situação se agravou com a formação dos dois blocos de oposição citados acima, alcançando rapidamente o movimento e as organizações feministas e de mulheres. No entanto, cabe ressaltarmos, que a transição democrática, no Chile, foi negociada e, neste aspecto, trouxe em seu bojo uma herança institucional do regime militar, aliada à Igreja Católica, sendo, duplamente, inóspita às feministas. Sendo assim, é importante pensarmos com este cenário, qual foi o alcance das demandas de gênero nas políticas estatais chilenas.

Considerações finais

Traçando um paralelo entre as publicações feministas do Brasil e do Chile, podemos constatar que, entre os anos de 1980 a 1984, em ambos os países, as críticas aos projetos políticos da esquerda estiveram presentes, acompanhando um debate que estava além das fronteiras nacionais, isto é, a necessidade de autonomia do movimento. Vemos como a discussão, presente nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, circulava e estava presente tanto no Brasil, quanto no Chile. Além disso, pensando nas similitudes, podemos notar os paradoxos, ainda que distintos, na militância dos dois países no que tange às relações com os partidos de esquerda. Ainda que ambíguas, em ambos os países, encontramos uma relação estreita entre militantes feministas e partidos tradicionais de esquerda.

Todavia, quando tratamos da questão da autonomia, no Brasil, as discussões a respeito da militância político-partidária aparecem em um momento de abertura política, quando houve a formação de partidos políticos e estes passaram a representar, ao mesmo tempo, um espaço de luta para as demandas feministas e um risco de apagamento de suas especificidades. A abertura política possibilitou que as feministas brasileiras pudessem negociar ou pressionar suas demandas com os novos partidos políticos, os quais entraram em disputa não apenas contra o regime político vigente, mas na conquista de espaços de poder. No entanto, como as velhas tradições partidárias não foram abandonadas, as feministas, ainda que dialogassem e fizessem parte dos partidos políticos de esquerda, não viram suas demandas se tornarem centrais dentro dos partidos políticos.

No Chile, como dito, encontramos nos primeiros quatro anos de 1980, um feminismo engajado na defesa da autonomia do movimento feminista, mas, também atuante na reorganização do projeto socialista. Cabe recordarmos que o periódico chileno aqui analisado estava inserido dentro de um projeto político que incluía não apenas o feminismo, mas também o *nuevo socialismo*, algo diferente do que encontramos nos periódicos brasileiros. A defesa da autonomia deu-se então, não em uma rejeição cabal da relação entre movimento social e militância partidária; mas sim em uma recusa a associar-se a um projeto político que, na prática, apresentava uma proposta democrática que não se preocupava em repensar os lugares e opressões femininas presentes na sociedade. Isto

é, um projeto político que não colocava no mesmo horizonte as questões de classe e gênero, e tratava esta última como secundária, adotando, deste modo, o mesmo discurso do regime político que visava combater. Isso é, podemos notar um grande esforço, nas páginas da revista *Fúria*, em tornar visíveis, dentro da oposição ao regime ditatorial, tanto as assimetrias vivenciadas pelas mulheres como também questões políticas e na defesa, cabal, de uma nova cultura política para o socialismo, fato distinto dos casos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

Alvarez, Sonia, et.al. (2003): “Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos”, em *Revista Estudos Feministas*, nº11, vol.2, p.541-575.

Bloch, Marc (1963): *Pour une histoire compare des sociétés européennes. Mélanges Historiques*, T.1, Paris, S.E.V.P.E.N.

De Beauvoir, Simone (2009): *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Borges, Adélia (1983): “Jornal Mulherio”, em *Projeto Mulher. Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural.

Cardoso, Elizabeth (2004): “Imprensa feminista brasileira pós-1974”, em *Revista Estudos Feministas*. Vol.12, p.37-55.

Castro, Mary (2000): “Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais”, em *Revista Critica Marxista*, nº11, p.98-108.

Cooling, Ana Maria (1997): *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Franceschet, Susan. (2002): *Gender and Citizenship: Democratization and women's politics in Chile*. Ontario, PróQuest, Dissertacion Services.

Fraser, Nancy (2009): “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”, em *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33.

Gaviola, Edda, Moreno, Ximena & MIRA, Claudia. (1986): *Queremos votar en las próximas elecciones: historia del movimiento femenino chileno 1913-1952*. Santiago: Centro de Análisis y Difusión de la Condición de la Mujer.

Kirkwood, Julieta (1986): *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago: FLASCO.

- Macrae, Edward (1990): *A construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura"*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Mitchell, Juliet (2006): "Mulheres: a revolução mais longa", em *Revista Género*, v. 7, nº. 1, p. 203-232.
- Montecinos, Verónica (2003): "Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina", em *Revista Estudos Feministas*, nº11, v.2, p. 351-380.
- Moraes, Maria Lygia Q (1981): *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Martins, Renato (2000): "Chile: a democracia e os limites do consenso", em *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nº 49, p.65-85.
- Nye, Andrea (1995): *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Trad. Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Pedro, Joana (2006): "Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272.
- Prado, Maria Ligia C. (2005): "Repensando a História Comparada da América Latina". *Revista de História (USP)*, v. 153, p. 11-33.
- Scott, Joan. (2002): *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres.